



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS

Paula Fernanda Bispo da Silva¹

Resumo: A temática juventude, trabalho e educação se mostra um desafio nos dias atuais tanto para o debate acadêmico quanto no âmbito da construção das políticas públicas, que se mostraram pouco eficazes na inserção do jovem no mercado de trabalho formal. Como o próprio título já sinaliza, este trabalho traz discussões críticas relacionadas a importância da escolarização para a ascensão do jovem no mundo do trabalho. Traz ainda ponderações sobre o conceito de juventude, e também traz apontamentos sobre as políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil.

Palavras-chave: Juventude; trabalho; educação; políticas públicas.

YOUTH, WORK AND EDUCATION IN BRAZIL: SHORT NOTES

Abstract: The theme of youth, work and education is nowadays a challenge both for the academic debate and for the construction of public policies, which have proved to be ineffective in the insertion of young people into the formal labor market. As the title itself already indicates, this work brings critic discussions related to the importance of schooling for the rise of young people in the world of work. It also brings some considerations about the concept of youth, and also provides notes on public policies aimed at youth in Brazil.

Keywords: Youth; job; education; public policy.

Introdução

Esse artigo tem por objetivo trazer um panorama de forma sintética acerca da temática apresentada, colocando em pauta uma perspectiva crítica sobre trabalho, educação e juventude na realidade brasileira sob a égide do regime capitalista.

De acordo com o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de pessoas de 15 a 24 anos no Brasil é de 34.236.064, índice equivalente a 18% da população brasileira.

Tratar da temática juventude, trabalho e educação no Brasil é um desafio, considerando que a juventude enfrenta grandes obstáculos em relação à inserção no mercado de trabalho formal relacionados à precarização das condições objetivas de trabalho forjadas no modo de produção capitalista, tendo a escolarização como uma grande barreira para que esses jovens cheguem ao mercado de trabalho, que nos moldes do capital se

¹ Graduanda em Serviço Social, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), E-mail: paulabispo88@gmail.com.

apresenta cada vez mais exigente e competitivo, sem levar em conta a realidade da maioria da população jovem que faz parte das classes sociais mais baixas.

Conceito de Juventude

A terminologia juventude possui diversos significados a partir do contexto histórico, social e econômico a ser analisado. No entanto, a compreensão majoritária da sociedade é a concepção de que a juventude é a fase do vir a ser, um prelúdio da vida adulta, como uma mera fase transitória de preparação para a vida adulta. (SILVA & SILVA, 2011).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a juventude abrange o período dentre 15 e 24 anos de idade, de acordo com a lógica citada acima. No Brasil, a Política Nacional da Juventude (PNJ) considera como jovem o indivíduo que possui idade entre 15 e 29 anos. A PNJ traz ainda uma divisão dentre os jovens dessa faixa etária em três grupos: jovem-adolescente: 15 a 17 anos; jovem-jovem: 18 a 24 anos e jovem-adulto: 25 a 29 anos, considerando as particularidades de cada período.

Juventude, trabalho e educação: trabalho precoce e educação precária da juventude brasileira como armadilha no reforço do status quo capitalista

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), o percentual de jovens entre 15 e 24 anos economicamente ativos, ou seja, que fazem parte do mercado de trabalho teve uma redução de 57,7% em 2001 para 53,6% em 2011, enquanto a taxa de atividade permaneceu relativamente estável em relação à população adulta no mesmo período.

A baixa taxa de escolaridade média e a precariedade da educação brasileira são fatores cruciais na precarização dos espaços e oportunidades de trabalho do jovem brasileiro, tendo em vista que as inflexões do capital, no Brasil, sobretudo a partir da década de 90 trazem uma exigência cada vez maior de qualificação e escolarização.

Nesse contexto, os jovens de famílias mais pobres, advindos da classe trabalhadora sofrem diretamente os reflexos da lógica capitalista, pois precisam inserir-se cada vez mais precocemente nos espaços de trabalho para contribuir na subsistência de suas famílias. No entanto, quanto mais cedo eles adentram no mercado de trabalho, menor a possibilidade de acesso à educação. Nesse sentido, Gaudêncio Frigotto coloca que:

O tema trabalho precoce e da educação dos jovens é fecundo para elucidar a contradição inerente ao sistema capitalista, entre a igualdade formal e a necessidade de desigualdade real entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua força de trabalho (FRIGOTTO, 2004, p. 194).

Com a entrada antecipada no mercado, esse jovem da classe trabalhadora tende a assumir postos de trabalho cada vez mais precarizados, com perspectivas mínimas de ascensão profissional, reforçando o status quo, num círculo vicioso que tende a se perpetuar nas próximas gerações, em que as oportunidades de estudo, qualificação e ascensão social são proporcionais a condição financeira familiar destes jovens.

Nesse sentido, Florestan Fernandes tece duras críticas ao sistema de educação formal na medida em que este não leva em conta a realidade vivida pelos estudantes. Para Florestan é necessário que a educação ultrapasse as fronteiras da mera escolarização e produza reflexões críticas nos estudantes na medida em que:

Pensar politicamente é alguma coisa que não se aprende fora da prática, se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e as condições em que vivem, obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade aos laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia. (FERNANDES, 1989, p. 165)

Paulo Freire em suas obras também trata da questão da importância de uma educação que promova a criticidade dos estudantes, que supere as fronteiras da educação formal e promova a reflexão sobre a realidade e conseqüentemente a sua transformação, tendo a educação como agente libertador e emancipatório.

As políticas voltadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho no Brasil

Conforme citado anteriormente, a partir da década de 90 com o advento da lógica neoliberal no Brasil, houve numa alteração da manutenção da empregabilidade no país, onde para se manter empregado ou conseguir um emprego se faz necessário ter qualificação profissional formal e graus mais elevados de escolarização. O governo brasileiro em contrapartida passou a atuar em duas correntes: estímulo ao empreendedorismo, onde o sujeito se inseriria no mercado, porém fora do mercado formal, e a criação de programas de qualificação profissional, no intuito de capacitar a parcela economicamente ativa da população, fomentando as necessidades exigidas pelo capital e implantar um modelo de desenvolvimento econômico sustentável² (GUIMARÃES & ALMEIDA, 2014).

Nesse sentido, em 1996 é implantado no Brasil o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) regulado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que visava democratizar o acesso

² O termo sustentável aqui utilizado no sentido de conformidade entre Estado, Capital e Trabalhadores.

a cursos de qualificação à parcela economicamente ativa da população, onde os jovens, considerados como grupo vulnerável, tinham prioridade.

Sem paralelismo com quaisquer ações do Estado brasileiro que o antecederam, o PLANFOR se caracterizou como a primeira inserção das ações de qualificação profissional num conjunto de políticas consideradas estratégicas do ponto de vista macroeconômico (DOS SANTOS, 2003, p.5).

O PLANFOR tinha por objetivo qualificar e requalificar mão de obra para o mercado de trabalho formal por meio de cursos profissionalizantes, delimitados de acordo com as especificidades de cada região de implementação, em consonância com os eixos estratégicos de desenvolvimento do país. No entanto, fatores como baixa qualidade dos cursos, carga horária insuficiente e falta de fiscalização na implementação dos planos, culminaram na insuficiência de resultados positivos.

Em 2003, cria-se o Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), tendo como público alvo jovens de 16 a 24 anos, com renda mensal familiar de um salário e meio per capita, sem vínculo empregatício anterior e que possuíssem algum tipo de vínculo escolar (ensino fundamental, ensino médio, dentre outros). O programa atuava por meio de ações voltadas para a qualificação profissional em consonância com a escolaridade formal, desenvolvendo treinamentos para os jovens nas empresas, dando suporte na conquista do primeiro emprego.

O PNPE buscando uma atuação efetiva junto às empresas por meio de incentivos de isenção fiscal a partir da contratação dos jovens contemplados pelo programa. No entanto, as empresas não promoveram adesão massiva ao programa alegando o despreparo dos jovens, bem como a burocracia (uma das exigências de adesão do programa era a certidão negativa de débitos perante a União), o que levou o programa à extinção (GUIMARÃES & ALMEIDA, 2014).

Apesar de não ter se consolidado como política efetiva de qualificação da juventude, o PNPE abriu caminho para a construção de políticas de atuação voltadas especificamente para a população jovem brasileira.

Em 2005 é lançada a primeira versão do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que se configura a partir de uma lógica de mesclada de programas anteriores, porém com maior carga horária e estímulo mais efetivo à escolarização dos jovens, com auxílio mensal no valor de R\$ 100,00, desde que o jovem tivesse 75% de assiduidade nas atividades.

A partir de análises dos primeiros resultados do PROJOVEM, observou-se um índice elevado de abandonos e desistências, bem como baixa adesão aos cursos, que culminaram na reformulação do programa, sendo lançado em 2007 o Projovem Unificado, que como o próprio nome já diz, foi uma junção de programas já existentes (Agente Jovem, Juventude Cidadã, Consórcios Sociais e etc). No Projovem Unificado, as ações eram divididas por faixa etária, com ações voltadas para os jovens-adolescentes que compreendem a faixa etária entre 15 a 17 anos, jovens-jovens: de 18 a 24 anos e para jovens-adultos, que compreendem a faixa etária de 25 a 29 anos.

Outros projetos como Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador, foram implementados em território nacional no intuito de promover qualificação profissional concomitantemente com o ensino regular. Apesar de estar previsto no programa avaliações periódicas sobre a efetividade dos cursos, não há literatura que trate objetivamente, impossibilitando uma avaliação precisa sobre os programas (GUIMARÃES & ALMEIDA, 2014).

Considerações Finais

A partir do disposto acima, pode-se inferir que o desafio da inserção dos jovens no mercado de trabalho formal no Brasil enfrenta ainda nos dias atuais muitos obstáculos, que perpassam pela relação entre escolarização e qualificação, onde o nível de escolaridade formal exigido para a obtenção de emprego é cada vez maior. Essa condição demonstra o caráter contraditório do regime capitalista, que exige um nível de instrução cada vez maior, no entanto, não promove condições objetivas para que o jovem de classes sociais mais baixas consiga se qualificar de maneira satisfatória, pois este jovem precisa se inserir cada vez mais cedo no mercado e acaba por ocupar espaços de trabalho cada vez mais precarizados, que não proporcionam alternativas de ascensão social.

O Estado assume uma postura de conciliação de conflitos, trazendo programas de qualificação que não foram capazes de contemplar a realidade dos jovens brasileiros, culminando na baixa adesão e conseqüente insucesso destes programas. Nesse sentido, faz-se necessário pontuar que enquanto o Estado adotar essa postura de mera conciliação de conflitos, dificilmente haverá uma mudança na realidade dos jovens brasileiros e conseqüentemente nas futuras gerações.

Essa atuação mínima e focalizada do poder estatal não trará mudanças significativas na vida da população jovem, que continuará a sofrer com a discriminação social e com a falta de oportunidades de emancipação e transformação da própria realidade. A educação deve ser crítica, questionadora, que produza inquietação e vontade de mudança da

estrutura cruel e desigual na qual estamos inseridos em que a população mais pobre é sempre a mais penalizada em todas as esferas: seja a econômica, a política, a social e cultural.

É importante salientar que até mesmo a discussão da temática juventude, trabalho e educação não é algo fácil de suscitar e produzir sobre devido à ínfima quantidade de estudos publicados sobre a temática, o que demonstra uma clara necessidade de apropriação desta temática nas academias no intuito de fundamentar a discussão e buscar alternativas de enfrentamento a esta realidade perversa que aprisiona nossa juventude em um círculo vicioso de mera reprodução social, em que oportunidades de ascensão socioeconômica para os jovens de classes sociais mais baixas estão muito aquém do necessário, quando não são de todo inexistentes.

Acreditamos num projeto de educação crítica capaz de transformar realidades dos entes envolvidos neste processo que, diferente do modelo vigente no Brasil atualmente, seja capaz de formar cidadãos, pensadores críticos capazes de mudar suas próprias realidades e se libertar das amarras deste sistema alienante e ineficaz. Parafraseando a música da banda Titãs: A gente não quer só comida.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Roselani Sodré; DA SILVA, Vini Rabassa. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios**. In: Caderno CRH. Salvador: 2011.

DOS SANTOS, Geórgia Sobreira. **A qualifica o profissional como instrumento de regula o social: do PLANFOR ao PNQ**. Cascavel: G A UNIOESTE, 2003.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Editora Cortez (autores associados), 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educa o no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educa o, Cultura e Participa o**. São Paulo: Editora Funda o Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho: evolu o e desafios da política de emprego no Brasil. In: **REVISTA TEMAS DE ADMINISTRA O PÚBLICA**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico**. Brasília, 2010. Microdados.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa**

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Brasília: 2011. Microdados.